

# As rupturas incompletas no processo civilizatório brasileiro.

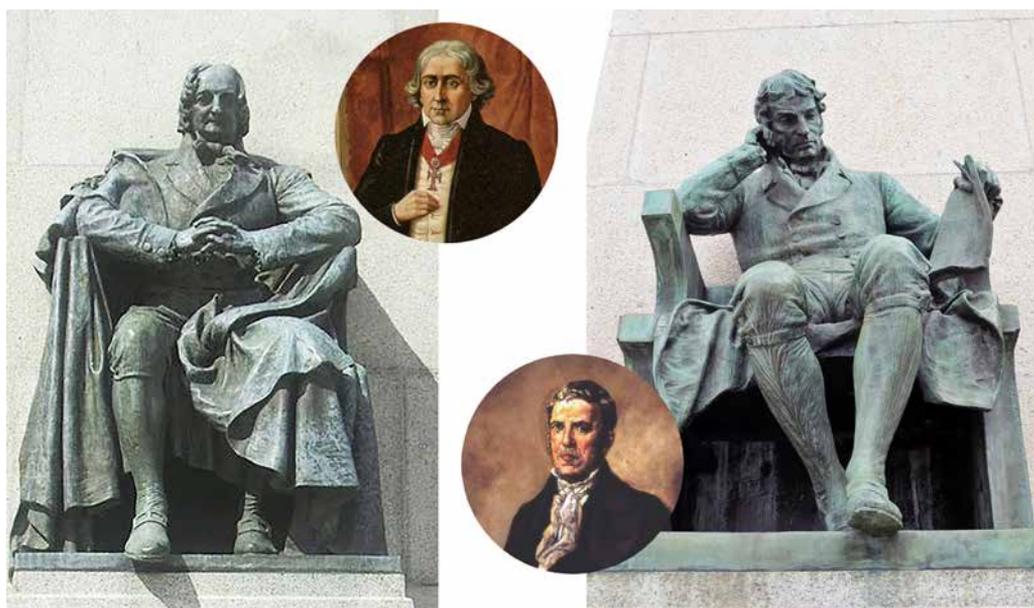
Personagens, instituições e o papel da maçonaria na história do país

## The incomplete ruptures in the Brazilian civilization process.

Characters, institutions and the role of Freemasonry in the history of the country

thomas henrique de toledo stella\*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.164.003>



Reprodução

Estátuas de José Bonifácio (esq.) e Joaquim Gonçalves Ledo (dir.) no Monumento à Independência, no bairro do Ipiranga, em São Paulo (SP)

## RESUMO

O artigo apresenta uma visão da história do Brasil de longa duração a fim de compreender suas principais rupturas e avanços civilizacionais, completos e incompletos, entre a Independência, em 1822, e o bicentenário desta, em 2022. Analisa a ascensão e queda da influência da maçonaria na política nacional e como instituições públicas e personagens contribuíram nesse processo. A partir de 1500, teve início a formação do povo brasileiro e de um novo tipo de ocupação do que viria a ser o território do futuro país. A Independência, cuja articulação nuclear deu-se no âmbito da maçonaria na crise do sistema colonial, trouxe à tona temas sobre o modelo econômico e o regime político nos debates sobre um projeto de país realizados entre José Bonifácio e Gonçalves Ledo. No século XIX, essa foi a tônica das disputas que resultaram na abolição da escravidão, em 1888, e na proclamação da República, em 1889. O modelo primário-exportador só viria a ser superado com a industrialização, a partir de 1930. No século XX, o Brasil viveu duas ditaduras, mas redemocratizou-se em 1985 e promulgou a “Constituição Cidadã” de 1988. Muitas dessas conquistas históricas retrocederam ou se encontram ameaçadas. O bicentenário está sendo pouco celebrado, e por isso é necessário fazer um balanço histórico para compreender o que é **preciso ser retomado** ou completado. O Brasil sonhado por José Bonifácio e Gonçalves Ledo ainda é um projeto viável, mas o país precisa retomar seu sentido histórico e civilizacional.

**Palavras-chave:** Independência. Bicentenário. Projeto nacional. Civilização. Maçonaria.

## ABSTRACT

The article presents a long-term vision on the Brazilian history aiming to understand its main ruptures and civilizing advances, complete or incomplete, between Independence, in 1822, and its bicentennial, in 2022. It analyzes the rise and fall of Freemasonry's influence on national politics and how public institutions and characters contributed to this process. From 1500 onwards, the formation of the Brazilian people and a new type of occupation of what would become the territory of the future country began. Independence, whose core articulation took place within the scope of Freemasonry in the crisis of the colonial system, brought up themes about the economic model and the political regime in the debates on a country project between José Bonifácio and Gonçalves Ledo. In the 19th century, this was the keynote of the disputes that resulted in the abolition of slavery, in 1888, and the proclamation of the Republic, in 1889. The primary-export model would only be overcome with industrialization since 1930. In the 20th century, Brazil lived two dictatorships but was redemocratized in 1985 and promulgated the “Citizen Constitution” of 1988. Many of these historical achievements have been reversed or are under threatening. The bicentennial is being under-celebrated and therefore it is necessary to take a historical balance to understand what needs to be resumed and/or completed. The Brazil dreamed of by José Bonifácio and Gonçalves Ledo is still a viable project, but the country needs to regain its historical and civilizational sense.

**Keywords:** Independence. Bicentennial. National project. Civilization. Freemasonry.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo faz um balanço histórico do caminho percorrido pelo Brasil da Independência, em 1822, até o bicentenário desse evento, em 2022, considerando suas principais rupturas e incompletudes no processo civilizatório e o papel de personagens e instituições, particularmente da Maçonaria, neste longo processo.

Na próxima seção, que abarca a longa fase entre 1500 e 1822, é discutida a formação do povo e do território brasileiro. Em seguida, foca-se o debate, travado de 1822 a 1831, entre José Bonifácio e Gonçalves Ledo, acerca do projeto nacional que emergiu no processo de Independência. Depois, trata-se da continuidade dos embates, desenvolvidos de 1831 a 1889, sobre o regime político e econômico a adotar no país, que era basicamente a disputa entre monarquia e república, bem como entre escravidão e trabalho assalariado. Na quinta parte, debate-se como na República Velha (1889-1930) ficaram pendentes as soluções para os problemas econômicos e sociais levantados no século anterior. Em seguida, procura-se avaliar como o ciclo do nacional-desenvolvimentismo (1930-1985) foi concomitante a projetos políticos ditatoriais, empurrando novamente as questões sociais para uma solução futura. A sétima parte, referente a 1985 em diante, analisa as ilusões neoliberais criadas no período, a série de avanços temporários conquistados e o recente retrocesso do país, mostrando quão necessário é compreender a natureza histórica do processo civilizatório brasileiro. Na penúltima parte, que antecede as conclusões, sustenta-se que essas rupturas precisam ser revistas para completarem suas tarefas históricas rumo ao tricentenário.

O projeto nacional, que teve como patronos José Bonifácio e Gonçalves Ledo, sofreu avanços e retrocessos nesses dois séculos. É necessário resgatar a memória do papel e da trajetória das instituições que forjaram o país, a fim de entender o presente, mas, principalmente, projetar o que se pretende para os próximos séculos.

## 2. A PRIMEIRA FASE DA FORMAÇÃO DO POVO E DO TERRITÓRIO BRASILEIRO (1500-1822)

Povos originários de diversas etnias ocupavam o território onde hoje está instituído o Brasil. Em 22 de abril de 1500, o português Pedro Álvares Cabral chegou com sua tripulação, marcando o início de uma profunda transformação. O “mito fundador” brasileiro reside aí, pois a partir de então começou a surgir um povo novo, nascido da miscigenação de diversas etnias: o indígena nativo, o português colonizador e o negro africano, posteriormente complementado por diversos imigrantes europeus, árabes, asiáticos e outros que constituíram a *nação* brasileira.

A América portuguesa foi inicialmente apenas uma fonte de escambos de pau-brasil e especiarias para a Europa. A fim de evitar a perda do território, Portugal passou a colonizá-lo desde 1530. Prado Júnior (1969, p. 6-14) viu aí um *sentido da colonização*, sendo a chegada dos portugueses um capítulo da expansão marítima europeia, cujo objetivo era apenas a exploração mercantil. A colônia portuguesa foi proibida de desenvolver-se por seus próprios mecanismos e obrigada a comercializar exclusi-

O projeto nacional, que teve como patronos José Bonifácio e Gonçalves Ledo, sofreu avanços e retrocessos nesses dois séculos. É necessário resgatar a memória do papel e da trajetória das instituições que forjaram o país, a fim de entender o presente, mas, principalmente, projetar o que se pretende para os próximos séculos

vamente com a metrópole. Dessa forma, seu modelo de exploração distinguiu-se de outros como o da América do Norte, onde prevaleceram as colônias de povoamento, para as quais escoava a população metropolitana (FURTADO, 1977).

O empreendimento colonial começou com uma espécie de “privatização” do território, estabelecendo-se as 13 capitanias hereditárias, cujos capitães deveriam povoá-las, protegê-las e torná-las produtivas. São Vicente e Pernambuco prosperaram, mas o modelo em si fracassou. Portugal implantou então o governo-geral em 1548, com maior centralização, e controle do poder em Salvador. Portugal passou a distribuir sesmarias, que eram terras dedicadas à agricultura.

A produção açucareira foi instituída como *plantation*, disseminando-se nas proximidades do litoral. Baseava-se na monocultura canavieira, grandes latifúndios, mão de obra escrava e produção voltada à exportação. Isso limitou outras atividades produtivas, persistindo um modelo de estratificação social que Freyre (2003) denominou de *casa-grande e senzala*. A elite colonial habitava a *casa-grande*; os trabalhadores escravizados, a *senzala*; aqueles que ocupavam os setores sociais intermediários eram os homens livres na ordem escravocrata (FRANCO, 2002).

Entre 1580 e 1640, os reinos de Portugal e Espanha integraram-se na União Ibérica. Os limites do Tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha sob mediação da Igreja Católica em 1494, foram rompidos, e a interiorização avançou, em um processo complexo e contraditório. Nativos colaboravam com os europeus ou os combatiam, em alianças como, por exemplo, de tupiniquins com portugueses e de tupinambás com franceses. Jesuítas expandiam-se com sua sanha catequizadora, ora aliando-se aos indígenas e propondo-lhes um sistema econômico comunitário, ora subjugando-os para explorar seus trabalhos, como na coleta de “drogas do sertão”. Da mesma forma, os sertanistas, também chamados de bandeirantes, tanto empreendiam a caça de nativos para escravização quanto a busca de metais e pedras preciosas, muitas vezes miscigenando-se com os indígenas e incorporando-os às bandeiras, seja

por convencimento ou coerção. Nessa época, emergiram os primeiros quilombos, que resistiam ou sucumbiam às investidas, em alguns casos reproduzindo as relações de produção da colônia, mas também apresentando suas próprias alternativas de organização social, muitas vezes baseadas em sociedades africanas.

Ou seja, as relações sociais na colônia eram deveras complexas para serem classificadas de forma reducionista, como se fossem conflitos binários entre colonizadores e colonizados. A América portuguesa era um território em disputa entre as potências europeias, mas também entre as diferentes etnias indígenas, em uma complexa rede de articulações. Da mesma forma, os personagens envolvidos no processo de ocupação do território não estavam necessariamente a serviço do empreendimento colonial, mesclando-se muitas vezes aos nativos e buscando condições de sobrevivência, numa situação econômica distinta da existente no continente europeu.

Conforme observou Furtado (1977, p. 84), a dependência de um único produto para exportação, sujeito às oscilações de preço consequentes da demanda internacional, resultava em crises que afetavam o conjunto da economia colonial. Isso prejudicava os setores intermediários que se lançavam na exploração do território. Como descreve Holanda (1975, p. 3-5), as bandeiras marcaram a interiorização do que viria a ser o território brasileiro. Partindo de São Paulo, os bandeirantes iniciaram o ciclo do ouro, com epicentro nas Minas Gerais, estendendo-se também a Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em 1763, a capital passou para o Rio de Janeiro, por onde se escoavam minérios para a metrópole. A interiorização foi um ensaio de integração “nacional”, com os atuais Nordeste e Sul fornecendo alimento de origem pecuária à mineração.

De acordo com Furtado (1977, p. 79), a atividade mineradora não permitia uma ligação com a terra nos moldes do açúcar, sendo um negócio caracterizado por mobilidade social e incerteza nos lucros. Outro efeito da interiorização pelas bandeiras foi a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, e o de Santo Ildefonso, em 1777, que deixaram ao que seria o Brasil um legado continental. Nessa época, as reformas pombalinas garantiram a implantação da língua portuguesa como unificadora da América portuguesa, expulsaram os jesuítas para promover o ensino leigo na colônia e promoveram a miscigenação entre o povo que viria a se reconhecer como brasileiro.

A colonização foi marcada por diversos conflitos. Uns foram pela resistência indígena à colonização, como na Guerra dos Tamoios, entre 1554 e 1567, nos atuais estados de São Paulo e Rio de Janeiro; na Guerra dos Bárbaros, de 1683 a 1720, nos atuais Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará; e na Guerra Guaranítica, entre 1753 e 1756, no que hoje é o Rio Grande do Sul. Outros foram de resistência quilombola à escravização, como na Guerra de Palmares, no ano de 1695, em Alagoas. Houve disputas entre setores sociais com interesses contraditórios, como na Guerra dos Emboabas, em 1707, em Minas Gerais, e dos Mascates, em Pernambuco, entre 1710 e 1711. Também ocorreu resistência dos colonos e nativos à invasão de outros europeus, como na expulsão dos franceses do Maranhão entre 1614 e 1615, na Guerra dos Guararapes, contra os holan-

Não nos cabe julgar personagens históricos como simplesmente “bons” ou “maus” pela métrica da moral de hoje, mas entendê-los como pessoas de seu tempo, guiados pelos valores e visões de mundo que lhes eram comuns naquele contexto. Por mais que a história do Brasil tenha suas contradições, o fato é que herdamos um território, uma língua única e uma nacionalidade comum amplamente reconhecida

deses, entre 1648 e 1649 em Pernambuco, e na luta contra os franceses, no Rio de Janeiro em 1711. Outras revoltas foram lutas dos habitantes da colônia contra as imposições injustas da metrópole, como a Revolta de Beckman, em 1684, no Maranhão, a Revolta de Filipe dos Santos, em 1720, e a Conjuração Mineira de 1789, ambas em Minas Gerais, e a Conjuração Baiana de 1798.

O fato é que a América portuguesa foi o berço do povo brasileiro, que, como observa Ribeiro (2015), misturou-se e passou a reconhecer-se numa única identidade étnico-nacional, com peculiaridades regionais tais como as dos caipiras (Sudeste e Centro-Oeste), dos sertanejos (interior nordestino), dos crioulos (litoral), dos caboclos (Amazônia) e dos gaúchos (Sul).

Na história do Brasil, muitas vezes prevalecem visões maniqueístas. Por um lado, há aqueles que glorificam a colonização com ufanismo, como Afonso Celso e Cassiano Ricardo. Por outro, há visões negacionistas, como a de movimentos que queimam estátuas de personagens históricos, emulando mecânica e acriticamente debates que ocorrem nos Estados Unidos e na Europa. Entretanto, é possível encontrar um ponto de equilíbrio. Não nos cabe julgar personagens históricos como simplesmente “bons” ou “maus” pela métrica da moral de hoje, mas entendê-los como pessoas de seu tempo, guiados pelos valores e visões de mundo que lhes eram comuns naquele contexto. Por mais que a história do Brasil tenha suas contradições, o fato é que herdamos um território, uma língua única e uma nacionalidade comum amplamente reconhecida.



WikiCommons

A independência dos Estados Unidos da América, em 1776, abriu um ciclo de movimentos emancipatórios em toda a América Latina. Na imagem acima, cena na assinatura da Constituição dos Estados Unidos em pintura de Howard Chandler Christy, 1940

### 3. JOSÉ BONIFÁCIO E GONÇALVES LEDO NO PROCESSO HISTÓRICO DA INDEPENDÊNCIA (1822-1831)

O século XVIII trouxe profundas mudanças intelectuais, culturais, políticas e econômicas. Os ideais iluministas transformaram de modo irreversível o mundo e inspiraram tanto a Revolução Industrial quanto a Revolução Francesa (HOBSBAWM, 2015). Com isso, teve início a chamada crise do antigo sistema colonial (NOVAIS, 2019, p. 62), que culminou no processo de independência do Brasil em relação a Portugal, com protagonismo direto da maçonaria.

A independência dos Estados Unidos da América, em 1776, abriu um ciclo de movimentos emancipatórios em toda a América Latina que resultou nos processos de independência de Haiti (1804), Paraguai (1811), Argentina (1816), Chile (1818), Venezuela e Colômbia (1819), México (1821), Brasil e Equador (1822), Peru (1824), Bolívia (1825), Uruguai (1828), Nicarágua, Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Honduras (1838), Canadá (1867) e Cuba (1898). Eles tiveram um elemento em comum: seus líderes eram maçons<sup>1</sup>. Inclusive, as bandeiras, brasões, símbolos e alegorias escolhidos para representar os novos países são oriundos da iconografia maçônica.

A maçonaria classifica-se como uma “instituição essencialmente iniciática, filosófica, filantrópica, progressista e evolucionista, cujos fins supremos são: liberdade, igualdade e fraternidade” (GOB, 2009). Suas origens remontam às corporações de pedreiros medievais, responsáveis pela construção de catedrais, que, com as transformações do século XVIII, perderam seu sentido operativo, convertendo-se em or-

<sup>1</sup> George Washington, Toussaint Louverture, Simón Bolívar, San Martín, José Martí, entre outros.

ganizações especulativas (STELLA, 2019, p. 43). Em 1717, na Inglaterra, com a unificação das lojas maçônicas<sup>2</sup> em torno da Grande Loja Unida da Inglaterra, surgiram os elementos básicos para a caracterização e reconhecimento da maçonaria através das chamadas “Constituições de Anderson”, de 1723. Em poucas décadas, a maçonaria espalhou-se pela Europa e, posteriormente, pela América e o mundo, tornando-se o ambiente adequado para a propagação de rituais esotéricos condenados pela Igreja Católica e denominações protestantes, mas também para conspirações contra a ordem absolutista do Antigo Regime, com a difusão de ideais iluministas, progressistas, emancipatórios e revolucionários.

No caso brasileiro, em 1822, foi fundado o Grande Oriente do Brasil (GOB) para coordenar a maçonaria de forma independente de outros países (BARATA, 2005). A hierarquia foi estabelecida com d. Pedro I (1798-1834) como grão-mestre, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) como primeiro vigilante e Gonçalves Ledo (1781-1847) como segundo vigilante. A proposta era unir correntes antagônicas em um movimento de coalizão para realizar a emancipação política. Pedro, na condição de príncipe regente do Brasil e, ao mesmo tempo, herdeiro da Coroa portuguesa, equilibrou-se numa situação política extremamente delicada.

A maçonaria não era um ambiente de consenso, mas de grandes disputas pelo futuro país. Para compreender sua atuação, é preciso considerar quatro esferas: a de um indivíduo que é simplesmente um maçom e age de acordo com sua convicção política, social ou religiosa; a de uma loja maçônica, que agrupa indivíduos em determinada localidade mas atua com autonomia própria; a de uma corrente de opinião no interior da maçonaria, que perpassa lojas e até mesmos potências; e, finalmente, a de uma potência como GOB, que congrega as lojas em torno de princípios de regularidade e reconhecimento dos ritos e rituais praticados. Vale lembrar que a maçonaria sempre teve várias potências, em disputa ou colaboração, mas com algum grau de rivalidade. Dessa forma, é possível entender que por mais que maçons estivessem presentes em grandes acontecimentos históricos, isso não significa que a maçonaria foi onipresente e onipotente. Tampouco que ela marchou sempre unida.

No caso brasileiro, em seu nascedouro, havia dois grupos no GOB: um liderado por José Bonifácio e outro por Gonçalves Ledo. O primeiro era identificado como conservador, e o segundo como liberal. Bonifácio defendia maior autonomia política em relação a Portugal e uma ruptura gradual com o regime escravocrata; ele era monarquista por acreditar que somente a figura de um rei evitaria separatismos ou revoluções populares de resultados imprevisíveis. Gonçalves Ledo defendia ideais de soberania popular (identificados como republicanos, apesar de ele não se assumir como adepto da República) e era defensor da abolição imediata, buscando, ainda, um rompimento definitivo com Portugal. O GOB seria, portanto, uma tentativa de encontro e entendimento entre essas forças (CASTELLANI; CARVALHO, 2009).

<sup>2</sup> A palavra loja vem de uma tradução equivocada do inglês *lodge*, que significa “casa de campo”. A fim de manter a discrição das atividades maçônicas, o termo loja visava confundir os perseguidores, passando a ideia de se tratar de uma instituição comercial.

Em 9 de janeiro de 1822, o príncipe regente, Pedro I, declarou que, “para o bem de todos e felicidade geral da nação”, ficaria no Brasil, desobedecendo às determinações de Portugal. Em 2 de setembro, a princesa Leopoldina assinou a “Carta de Independência”. No dia 7 de setembro, Pedro I proclamou a Independência. Em 12 de outubro, o Império do Brasil foi fundado. As posições de José Bonifácio e Gonçalves Ledo tornaram-se irreconciliáveis na maçonaria. Em 25 de outubro, d. Pedro proibiu as atividades maçônicas. Em 10 de dezembro, ele foi coroado imperador.

Após tais desdobramentos, Gonçalves Ledo foi acusado de republicanismo e exilou-se. Ele retornou à vida política como deputado em 1826, mas jamais aceitou integrar o ministério ou assumir um título de nobreza. Dois anos depois, José Bonifácio também teve de se exilar na França, retornando ao Brasil após reconciliar-se com o imperador. Em 1831, d. Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, d. Pedro II, por pressões políticas principalmente dos setores liberais. José Bonifácio assumiu a tutoria do príncipe.

O assassinato do jornalista liberal Líbero Badaró (1798-1830) em São Paulo por partidários de d. Pedro I despertou entre os estudantes da Faculdade de Direito do largo de São Francisco um sentimento de revolta. Com a chegada do professor Julius Frank (1808-1841), eles organizaram uma entidade estudantil na forma de sociedade secreta chamada Burschenschaft Paulista, ou “Bucha”, que viria a ter grande protagonismo no futuro. Praticamente todos os bucheiros eram maçons. A maçonaria instituiu-se em São Paulo em 1831.

Gonçalves Ledo tentou retomar a vida pública. Sem sucesso, optou pelo ostracismo em 1834, até seu falecimento, em 1847. D. Pedro I morreu em 1834 em Portugal. José Bonifácio tornou-se grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, falecendo em 1838. Assim fechava-se a página do triângulo da Independência do Brasil, que ecoaria numa nova geração.

José Bonifácio ficou conhecido como Patrono da Independência e, em seus *Projetos para o Brasil* (SILVA, 2000), defendeu a abolição da escravidão, a integração dos indígenas na sociedade, a miscigenação do povo, a povoação de territórios inabitados, a integração com os países da América Latina, a industrialização, e, por precocemente propor a proteção ao meio ambiente, pode ser considerado um dos primeiros ambientalistas da história. Mas é inegável que Gonçalves Ledo foi o maior entusiasta da independência, antes mesmo de José Bonifácio. Portanto, ambos merecem a paternidade desse processo político que formou o Estado nacional. Não apenas eles, mas também outros personagens que foram abafados pela história e que naquele momento tiveram centralidade nos debates sobre os rumos para o Brasil.

István Jancsó entende que é equivocado reduzir 1822 à ruptura do pacto que integrava as partes da América no Império Português:

O sólido consenso dos historiadores quanto a não se tomar a declaração da vontade de emancipação política como equivalente à constituição deste Estado desfaz-se quando eles se veem confrontados com a complexa interface entre a emergência deste e a da *nação* em cujo nome ele foi instituído. De fato, não há exagero em afirmar



Reprodução

Guerrilhas (1835), de Johann Moritz Rugendas. Gravura, 34 x 50,5 cm

que as controvérsias envolvendo os nexos dessa interface transformaram-na num dos enigmas mais recorrentes da nossa história (JANCSÓ, 2003, p. 15).

Há que se considerar, portanto, que, se num primeiro momento, ainda durante a colonização, teve início o processo de formação do povo e da nação, com a Independência foi criado o Estado nacional. Como observou Hobsbawm, a característica básica de uma nação moderna é sua modernidade, ou seja, por mais que seus mitos fundadores remetam a um passado imaginário e lendário, elas foram inventadas com objetivos que respondem às necessidades do mundo contemporâneo. Agora o Brasil tinha seu Estado e sua nação, mas a nacionalidade e a consolidação de sua soberania eram processos que remetiam às fases históricas seguintes.

#### 4. UM PAÍS ENTRE DOIS PROJETOS DE REGIME POLÍTICO (1831-1889)

No Período Regencial, entre 1831 e 1840, o Brasil foi convulsionado por revoltas regionais, que puseram em disputa a própria unidade territorial herdada do processo de Independência<sup>3</sup>. A maior parte desses conflitos era coordenada por lojas maçônicas, e muitos deles traziam à tona as causas republicanas e abolicionistas. A tradição monarquista e conservadora de José Bonifácio seguiu na maçonaria no chamado Grande Oriente do Brasil (da rua do Lavradio, no Rio de Janeiro), e a republicana-

<sup>3</sup> Revolta dos Malês (1835), na Bahia, Cabanagem (1835-1840), no Pará, Balaiada (1838-1840), no Maranhão, Sabinada (1837-1838), na Bahia, e Revolução Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul.

na e liberal, de Gonçalves Ledo, numa cisão — o chamado Grande Oriente Brasileiro (da rua do Passeio). O Período Regencial foi uma espécie de “hiato republicano”, pois, nos seus nove anos, o Brasil foi governado por regentes. O que marcou o fim desse período foi a ascensão dos liberais, com a vitória dos que defendiam o reconhecimento da maioria do príncipe d. Pedro II, que assumiu o trono em 1840. O Brasil estabilizou-se politicamente, e logo a economia se recuperaria, especialmente com a ascensão do café no interior fluminense e no oeste paulista.

Ao final da década de 1850, o Grande Oriente Brasileiro (da rua do Passeio) estava praticamente extinto, com suas lojas integradas ao Grande Oriente do Brasil (da rua do Lavradio). Entretanto, em 1863, a maçonaria dividiu-se novamente: surgiu um novo Grande Oriente Brasileiro, agora localizado no Vale dos Beneditinos. Ele era caracteristicamente republicano, abolicionista, liberal e progressista, e presidido por Saldanha Marinho. O Grande Oriente do Lavradio era predominantemente monarquista e estava sob a presidência do visconde do Rio Branco. Havia ainda outro Grande Oriente, dirigido pelo duque de Caxias. Assim, antagonizavam-se distintos projetos maçons na Câmara, no Senado, nos governos e Assembleias Provinciais e nos gabinetes governamentais. Na prática, era um novo momento da disputa entre os projetos de Bonifácio e Ledo, então entre o GOB do Lavradio e o dos Beneditinos.

Na política institucional do Império predominaram dois partidos: o Conservador e o Liberal (CARVALHO, 2008, p. 99). O Partido Liberal mostrou-se limitado às pretensões dos republicanos, especialmente após a queda do gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos, em 1864. Uma dissidência radical, liderada pelos maçons e bucheiros que advinham do largo de São Francisco, coordenou a elaboração do “Manifesto republicano de 1870”, que dizia: “Somos da América e queremos ser americanos.” (MARINHO et al., 2022) Essa era uma referência ao fato de o Brasil ser a única monarquia no continente até então. Em 1873, eles fundaram o Partido Republicano Paulista (PRP), um guarda-chuva de moderados e exaltados.

Outro movimento que se fortalecia era o abolicionista. No Segundo Reinado, ganhou grandes dimensões e se nacionalizou na década de 1880. Joaquim Nabuco liderou a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. José do Patrocínio fundou a Confederação Abolicionista em 1883. Após a morte de Luís Gama, Antônio Bento assumiu a causa, liderando a Sociedade dos Caifazes. As lojas maçônicas do Grande Oriente do Vale dos Beneditinos tornaram-se uma rede de compra de alforrias e de auxílio para fugas em massa de cativos. Em Campinas, a loja Independência nº 131 operava o deslocamento dos escravizados das lavouras, que, transportados para São Paulo, eram ajudados pelos membros da loja América nº 189, que os enviava ao Quilombo do Jabaquara, em Santos, de onde eram trasladados para estados seguros (STELLA, 2019).

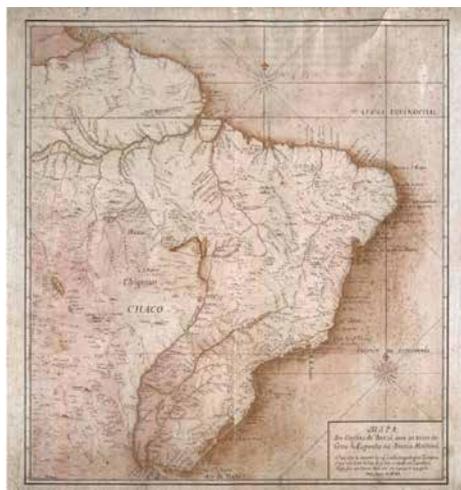
A unidade territorial foi assegurada e expandida após a Guerra do Paraguai (1864-1870), em um conflito que, apesar de certa literatura defasada atribuir a um suposto imperialismo brasileiro a serviço da Inglaterra, precisa ser compreendido à luz da formação dos Estados nacionais da bacia do Prata, período durante o qual o Brasil

O distanciamento histórico dos eventos da Independência, em 1822, da Abolição, em 1888, e da proclamação da República, em 1889, permite-nos analisar os avanços e retrocessos desses projetos. Como disse Braudel, a *história de longa duração* precisa ser observada em séculos, pois ela é estruturante. Estruturas são elementos estáveis, de muitas gerações, que são ao mesmo tempo sustentáculos e obstáculos para a transformação

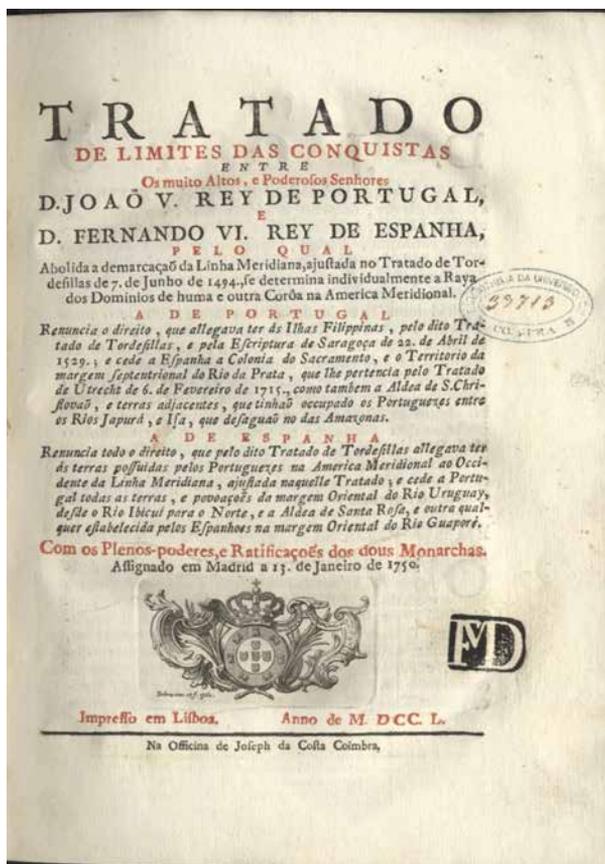
se encontrava rompido com os britânicos e reagiu a uma invasão de seu território por parte dos paraguaios (DORATIOTO, 2002).

A maçonaria foi, aos poucos, unificando-se conforme avançava a perseguição pela Igreja Católica conduzida pelo papa Pio IX, na chamada Questão Religiosa. O Exército desentendia-se com o regime monárquico em diversos pontos, como na cobrança do montepio e na recusa em reprimir revoltas de escravizados. Com a pressão dos movimentos abolicionistas, o regime monárquico aboliu a escravidão em 1888. Finalmente, os republicanos conseguiram articular as forças descontentes com os rumos do Império e, com as Forças Armadas, construíram uma coalizão para, em 1889, garantir a proclamação da República (COSTA, 1999). Esse embate entre a Igreja Católica e a maçonaria resultou no Estado laico, nos documentos civis e nas bases da educação pública e leiga. Por contraditório que possa parecer, o positivismo teve um caráter progressista nesse momento da história brasileira, pois possibilitou a introdução de uma perspectiva pautada pela ciência.

Dois instituições foram pilares da formação do Estado brasileiro: o Itamaraty e as Forças Armadas. Ambas, na maior parte desse período, ficaram sob direção de maçons. Destaques no Itamaraty após as rupturas: José Bonifácio (1822) e Quintino Bocaiuva (1889). O Exército tem como patrono duque de Caxias e chegou ao poder



Acima, o *Mapa das Cortes*, documento histórico de 1749. Ele serviu como base para a formulação do Tratado de Madri (dir.), assinado em 1750 pelas Coroas portuguesa e espanhola



com os dois primeiros presidentes da República: o positivista marechal Deodoro e o jacobino Floriano Peixoto, ambos com posições radicalmente opostas, que hoje seriam consideradas à direita e à esquerda. Somando-se a eles, os liberais paulistas oriundos da Bucha e do Grande Oriente do Vale dos Beneditinos ascenderam até chegar ao poder em 1894, com Prudente de Moraes, e se consolidaram na articulação com Minas Gerais, na chamada República do Café com Leite, a partir de Campos Salles, a qual perdurou até 1930.

Os 77 anos de Império mantiveram o território unificado, com a derrota de todas as ameaças separatistas, especialmente no Período Regencial. Assim, as condições estavam dadas para que se abolisse a escravidão e se avançasse para o regime republicano. A Abolição e a República foram passos civilizatórios. Entretanto, não tocaram nos graves problemas sociais consequentes da escravidão, da superexploração de imigrantes e do afastamento do povo perante o poder.

## 5. INDEPENDÊNCIA, ABOLIÇÃO E REPÚBLICA COMO TAREFAS INCONCLUSAS (1889-1930)

O distanciamento histórico dos eventos da Independência, em 1822, da Abolição, em 1888, e da proclamação da República, em 1889, permite-nos analisar os avanços e retrocessos desses projetos. Como disse Braudel, a *história de longa duração* precisa ser observada em séculos, pois ela é estruturante. Estruturas são elementos

estáveis, de muitas gerações, que são ao mesmo tempo sustentáculos e obstáculos para a transformação (BRAUDEL, 2007, p. 44-45, 49). Em outras palavras: “É em relação a essas extensões de história lenta que a totalidade da história pode se repensar, como a partir de uma infraestrutura.” (BRAUDEL, 2007, p. 53) Portanto, um país novo e unificado, sem escravidão, em uma República federativa, foi a síntese do embate de campos antagônicos entre 1822 e 1889. Aí, abriu-se uma fase com novos desafios para antigos problemas.

Entre 1889 e 1930, tivemos um ciclo político em que a maçonaria, particularmente seu núcleo bucheiro, esteve no centro de grandes decisões políticas do país. Entre 1892 e 1917, o GOB adotou claramente uma linha de defesa do socialismo e dos direitos dos trabalhadores, sendo realizadas diversas conferências maçônico-socialistas (ISMAIL, 2016). Faltam estudos sobre a contradição entre o GOB ter essa posição socialista enquanto os presidentes da República do período, que eram maçons, serem, em geral, liberais. Afinal, 9 dos 13 primeiros presidentes do país eram da maçonaria, e os oriundos do largo de São Francisco eram também bucheiros.

Na virada do século XIX para o XX, o Brasil iniciou movimentos que o transformaram profundamente. A expansão do café em São Paulo tornou esse estado o mais importante da Federação em termos econômicos. Mas a economia continuava mantendo suas bases coloniais: o modelo primário-exportador. O Brasil tinha apenas indústrias incipientes, sendo dependente de importação de praticamente todos os bens de consumo, o que resultava no que Furtado (1977) chamou de “tendência ao desequilíbrio externo”. No aspecto econômico, a Independência foi incompleta. Entretanto, na questão territorial, o Brasil resolveu todas as suas contingências com países vizinhos, com destaque à questão do Acre, na Amazônia, sabiamente conduzida pelo barão do Rio Branco e que garantiu a última expansão territorial do país (CERVO; BUENO, 2002).

A crescente urbanização levou a casa-grande e a senzala aos sobrados e aos mucambos (FREYRE, 2004). A população negra libertada não havia sido plenamente incluída na sociedade (FERNANDES, 2001), sendo relegada à pobreza. Assim, surgiram as primeiras favelas nas cidades. Também eclodiam contradições no campo. Movimentos como as guerras de Canudos, na Bahia, e do Contestado, em Santa Catarina, traziam à tona os problemas do Brasil profundo, rural, pobre e atrasado, brilhantemente retratado por Cunha (2007). A criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1910 foi uma tentativa de desenvolver as primeiras políticas indigenistas, ainda sob um viés de tutela.

A imigração europeia, principalmente italiana, foi estimulada para o trabalho nas lavouras de café. Vieram também suíços, alemães, japoneses, árabes e povos de diversos países, sob a promessa de uma nova vida. Alguns desses imigrantes prosperaram, mas muitos foram escravizados pelas dívidas com os fazendeiros que pagavam suas viagens. Ou seja, o indígena, o negro e o imigrante não foram plenamente inseridos na sociedade, mas continuaram sendo explorados e vivendo em condições

desfavoráveis, o que mostra o quão deficiente havia sido o processo abolicionista. A insensibilidade social era clara, por exemplo, quando o presidente da República Washington Luís dizia: “A questão social é um caso de polícia!”.

Em 1922, houve grande comemoração do centenário da Independência do Brasil. Esse foi um ano que marcou profundamente o país. Em São Paulo, a Semana de Arte Moderna propôs revisar valores culturais considerados ultrapassados, projetando uma nova identidade brasileira, moderna e “antropofágica”, no sentido de absorver as diferentes culturas e criar uma nova e própria. A fundação do Partido Comunista do Brasil, em Niterói, resultou na primeira organização política nacional de base proletária, ao mesmo tempo trazendo ao país os ventos da Revolução Russa de 1917. Ainda, a Revolta do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, fez com que militares de baixa patente passassem a se inserir na agenda política. Por fim, a Frente Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) marcava o surgimento do movimento pelo sufrágio universal. Todos esses acontecimentos mostram que o Brasil havia mudado sensivelmente desde o início da República.

A República Velha sucumbiu por suas próprias contradições. A ascensão desses novos atores políticos trouxe a contestação do modelo excludente de sistema eleitoral que vigorava à época. As incontáveis denúncias de fraudes que mantinham no poder as oligarquias regionais, particularmente as de São Paulo e Minas Gerais, mostravam o quão frágil era o processo republicano. A Revolta Paulista de 1924 resultou na Coluna Miguel Costa, que se uniu à Coluna Luiz Carlos Prestes, do Rio Grande do Sul. Unida, a Coluna Miguel Costa-Prestes percorreu dezenas de milhares de quilômetros no país, desgastando o regime e denunciando as fraudes eleitorais que sustentavam o modelo político.

A queda da Primeira República foi consequência da união entre as oligarquias insatisfeitas com os resultados das eleições e militares tenentistas. Assim, ocorreu a Revolução de 1930, trazendo a promessa de corrigir os vícios de uma república que foi incapaz de ser politicamente democrática e socialmente inclusiva. Abria-se um novo ciclo.

## 6. O CICLO DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO (1930-1985)

Liderado por Getúlio Vargas, o Brasil superou a crise mundial de 1929 com a adoção de políticas que resultaram na industrialização, no que Furtado (1977, p. 195) chamou de “deslocamento do centro dinâmico”. O país, que originalmente tinha sua economia voltada para fora, pela primeira vez na sua história orientava-se para dentro, com o claro objetivo de realizar um novo ciclo de desenvolvimento econômico. Assim, a economia brasileira viveu um longo período de crescimento e urbanização, com a indústria concentrada em São Paulo (CANO, 2007).

A relação entre a maçonaria e o socialismo no Brasil é um tema que precisa ser mais bem investigado, mas alguns trabalhos recentes já são referências no tema.

Carvalho (2018) analisa a biografia de Cristiano Cordeiro, fundador do Partido Comunista do Brasil em 1922 e que também era maçom. A tese de Silva (2016) debruça-se sobre Everardo Dias, membro do mesmo partido, maçom e que se destacou na causa anticlerical e pelo Estado laico. Vale ainda mencionar a obra de Canale (2013), em que ele estuda o surgimento da Seção Brasileira da Internacional Comunista e menciona um episódio no qual o representante brasileiro no Komintern desencadeia um debate entre Gramsci e Trótski acerca da utilização de gráficas da maçonaria para se imprimir os jornais partidários.

Quatro acontecimentos tiraram a maçonaria do centro do poder e fizeram-na deslocar-se de posturas progressistas para conservadoras: 1) em 1927, houve uma cisão no GOB, que resultou na criação das grandes lojas estaduais; 2) um núcleo progressista de maçons bucheiros do Partido Democrático havia apoiado a Revolução de 1930, mas Vargas não cumpriu o acordo de repassar-lhes o controle do governo paulista, nem os alocou no federal. A intransigência de Vargas direcionou-os a unirem-se a seus velhos rivais do PRP para formar a Frente Única Paulista e resistir através da chamada Revolução Constitucionalista de 1932, derrotada no mesmo ano; 3) após o Levante Comunista de 1935, Vargas perseguiu fortemente as forças de esquerda, algumas delas ainda ligadas à maçonaria; 4) depois do golpe do Estado Novo, em 1937, Vargas interveio na maçonaria, enquadrando-a em seu projeto político. O decreto do GOB de 2 de junho de 1938 determinou a expulsão automática de maçons que “professarem ideologias contrárias ao regime político-social brasileiro”. Em 1960, o Brasil teve um presidente maçom, Jânio Quadros, que, porém, logo renunciaria. Em 1964, o GOB saudou o golpe militar, enterrando séculos de progressismo (ISMAIL, 2016, p. 4).

Por mais que Vargas tivesse agido de ditatorialmente, foi em seu governo que o Brasil construiu a CSN (1940), a Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Chesf (1945), todas com papel central para o desenvolvimento. Instituiu em 1943 a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), garantindo direitos fundamentais aos trabalhadores. Na II Guerra Mundial, o Brasil apoiou os aliados, e, em 1945, iniciou uma transição democrática. Vargas retornou ao poder em 1951 por vias eleitorais. Em 1952, criou o BNDE para financiar o desenvolvimento nacional. Em 1953, foi fundada a Petrobras, após ampla mobilização popular na campanha “O petróleo é nosso”. No ano de 1954, Vargas propôs a criação da Eletrobras. Naquele mesmo ano, resistiu a um golpe tirando sua própria vida e deixou uma carta-testamento como manifesto em defesa da soberania nacional.

Vale mencionar o avanço na industrialização de base ocorrido no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que também aprofundou a interiorização do país com a construção da nova capital, Brasília. Outro presidente que merece reconhecimento foi João Goulart, que propunha reformas para resolver a grave situação social do Brasil, mas foi deposto pelo golpe militar de 1964.

O regime autoritário da ditadura militar (1964-1985) perseguia brutalmente a oposição com torturas, assassinatos e desaparecimento de lideranças. Protestos estu-

dantis e de artistas, guerrilhas urbanas e rurais (com destaque para a do Araguaia) e a construção de frentes democráticas marcaram a resistência à ditadura. Contudo, é preciso matizar também esse processo político. Apesar de seu questionável modelo de financiamento via endividamento externo, a ditadura avançou na integração territorial, inclusive da Amazônia (STELLA, 2009). Através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), concluiu todas as etapas das chamadas Primeira e Segunda Revolução Industrial. O Brasil ascendia como potência e figurava entre as dez maiores economias do mundo, mas ainda tinha graves problemas sociais como a fome, a miséria, a pobreza, a falta de liberdade e de democracia e as desigualdades regionais resultantes da concentração industrial. A situação econômica piorava com a hiperinflação e a carestia. Assim, as greves operárias do ABC em 1978, lideradas por Luiz Inácio Lula da Silva, e a campanha “Diretas já”, em 1984, minaram a credibilidade da ditadura e elevaram as forças democráticas.

Em 1985, o regime militar chegou ao fim com a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Seu falecimento levou o vice, José Sarney, a conduzir a transição. Em 1988, dr. Ulysses Guimarães anunciou a “Constituição Cidadã”, um projeto de país democrático, com um Estado de bem-estar social garantindo saúde e educação pública e gratuita a todos. Tudo isso trazia a esperança de que finalmente o Brasil começaria um novo ciclo democrático com justiça social.

## 7. AS ILUSÕES NEOLIBERAIS (1985-)

Apesar das tentativas de José Sarney (1985-1990) e Fernando Collor (1990-1992) de combater a hiperinflação, foi com Itamar Franco (1992-1995) que o Plano Real foi implantado, estabilizando os preços com sucesso (CARNEIRO, R., 2002, p. 357). Os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016) mantiveram a inflação sob controle, mas ela cresceu com Michel Temer (2016-2019) e acelerou novamente no governo Jair Bolsonaro (2019-).

A crise da dívida externa foi uma das causas da hiperinflação na década de 1980. Apesar de os governos Collor e Fernando Henrique terem anunciado privatizações como panaceia para os problemas econômicos, elas não solucionaram o endividamento. Ao contrário, com a desnacionalização, as empresas passaram a remeter lucros ao exterior, gerando novos desequilíbrios no balanço de pagamentos. Além disso, aumentaram as tarifas e tornaram o país ainda mais dependente de capital estrangeiro (BIONDI, 2014). Os governos Lula e Dilma solucionaram o problema do endividamento externo, mas criaram um novo, que foi tê-lo convertido em dívida interna, que crescia à medida que os juros eram mantidos em elevados patamares em comparação com outros países e até mesmo com governos que os sucederam.

Na Nova República, o Brasil não conseguiu acompanhar o ritmo da Terceira Revolução Industrial. Atualmente, ao mesmo tempo que avança a Quarta Revolução Industrial nos países desenvolvidos, o Brasil encontra-se num processo de desindus-



Andy Parsons/Time Out

Foto atual da fachada da Freemasons' Hall, em Londres (Inglaterra)

rialização e de “reprimarização” da economia (CANO, 2012). A literatura econômica chamou os anos 1980 de “década perdida”. Entretanto, os índices da década de 1990 foram ainda piores nos quesitos PIB e crescimento industrial (CARNEIRO, R., 2002, p. 141). Apesar de a década de 2000 ter apresentado bons resultados, a década de 2010 foi a pior da história do país em termos de crescimento do produto.

A política social do país deu tímidos passos no governo Fernando Henrique, com o lançamento de programas incipientes de baixo alcance. No governo Lula, a unificação desses programas e uma política de valorização do salário mínimo resultaram em grande inclusão social e na ascensão das camadas populares (POCHMANN, 2013). Na gestão Dilma, o Brasil pela primeira vez na história saiu do mapa internacional da fome (FAO; IFAD; WFP, 2013). Entretanto, a ausência de reformas estruturais fez com que, em poucos anos de governo Temer e Bolsonaro, esses índices regredissem. A fome retornou ao país, o custo de vida aumentou, os salários foram achatados e, novamente, uma multidão de moradores de rua ocupa os centros das principais cidades.

Ao final do século XX, a preocupação com a natureza emergiu. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), realizada no Brasil, teve grande impacto. Desde então, a diplomacia do Itamaraty destacou-se mundialmente nessa agenda, por sua compreensão da necessidade de o país apresentar-se ao mundo com toda a responsabilidade esperada e com seu conhecimento acumulado na matéria. Isso só viria a retroceder nos governos Temer e Bolsonaro, com grandes ondas de incêndios florestais e recrudescimento de garimpos ilegais. Há que se considerar que a única saída para o Brasil na questão ambiental ocorrerá com

A história do Brasil é cíclica. Ela não caminha linearmente, e seus avanços precisam ser constantemente revistos e aprimorados para não retrocederem. Assim, há que corrigir os rumos do nosso processo civilizatório, jamais esquecendo o passado. O passado não é estático como uma peça de museu, mas move-se à medida que muda o entendimento sobre ele

base em sua soberania nacional, sendo inaceitável qualquer ingerência estrangeira na matéria, especialmente quando os interesses por trás da pauta são muitas vezes obscuros.

A Constituição de 1988 foi um marco. A despeito das manipulações midiáticas nas eleições de 1989, estas foram das mais ricas da história do país, pois todas as ideologias disputaram abertamente a opinião pública. O impeachment de Collor em 1992 foi um teste para a Nova República. As transições entre os governos Fernando Henrique, Lula e Dilma pareciam indicar que a cultura democrática havia se consolidado. Todavia, o impeachment de Dilma, em 2016, apesar de seguir os ritos constitucionais, não respeitou a vontade do eleitor e trouxe ao governo forças golpistas que propunham um projeto oposto ao que elegeu a presidente. Conquistas como as leis trabalhistas e previdenciárias e a capacidade de investimento estatal foram revogadas por Temer. Bolsonaro foi eleito saudando a ditadura militar e, ao longo do governo, atacou o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal incontáveis vezes, ameaçando a volta ao regime autoritário.

Alguns maçons retornaram à cena política nacional, não de forma institucional e organizada, mas

como indivíduos. Michel Temer conduziu uma agenda de retrocessos para o trabalhador. Hamilton Mourão Filho, vice-presidente no governo Bolsonaro, representa um setor conservador das Forças Armadas. A pergunta é: por que maçons e militares, que tanto contribuíram para a formação do Brasil, desviaram-se de seus papéis tradicionais e se somaram a uma agenda que renega conquistas para as quais eles contribuíram? Talvez a sucessão de regimes ditatoriais no século XX tenha pesado no

interior dessas instituições, silenciando as vozes progressistas para consolidar uma posição conservadora. Esse tema mereceria um debate mais amplo, além do escopo do artigo.

No bicentenário da Independência, o Brasil encontra-se numa encruzilhada. Ao contrário do que ocorreu há cem anos, em 2022 a efeméride parece estar sendo propositadamente esquecida. Hoje, o povo brasileiro tem dificuldade em compreender a importância de sua identidade como nação, de seu território enquanto espaço próprio e de seu Estado como construção histórica.

Por um lado, há grupos de extrema-direita que se apropriam dos símbolos nacionais e propõem uma sociedade excludente baseada no ódio àqueles que não seguem suas ideias. Por outro, setores que não se sentem representados pela forma como as elites contaram a história do Brasil aderiram a um negacionismo iconoclasta, que é maniqueísta e pouco dialético sobre o entendimento do papel de personagens históricos e da própria construção da nacionalidade.

Há, entretanto, grande parte da população brasileira fora dessa polarização extremada. O que todos precisam compreender é que essa divisão não interessa para um futuro comum. É preciso recuperar o sentimento de nação para o país enfrentar seus desafios e avançar em seu processo civilizatório. Isso significa recuperar coletivamente os símbolos nacionais, sejam os institucionais ou mesmo aqueles que habitam o imaginário popular, como a camisa canarinho, da única seleção de futebol pentacampeã do mundo, que tanto orgulhou o brasileiro mundo afora.

## 8. O BRASIL RUMO AO TRICENTENÁRIO

O evento mais importante da história do Brasil foi, sem dúvida, a sua Independência, pois ela possibilitou a construção de um novo país, com enormes potencialidades, vislumbrado por visionários como José Bonifácio e Gonçalves Ledo. Isso coroou a longa trajetória de um povo que começou a se formar em 1500, avançou na consolidação de seu território em 1777 e emancipou-se politicamente em 1822. Seguiu adiante com a abolição da escravidão, em 1888, a instalação da República, em 1889, a industrialização, a partir de 1930, e a redemocratização, em 1985. Todos esses eventos tiveram avanços e retrocessos que merecem ser lembrados para o país retomar sua trajetória civilizacional de longa duração.

Nesse sentido, alguns dos desafios permanentes são:

- a) preservar o território nacional, que, apesar de ter suas fronteiras claramente delimitadas, costuma ser questionado por potências que buscam relativizar sua soberania;
- b) manter a independência política, nem sempre seguida quando algum governo que se alinha ideologicamente a uma potência estrangeira, desconsiderando os interesses nacionais;
- c) mesmo após a escravidão abolida e avanços da lei trabalhista, a vida da po-

pulação precisa ser melhorada, e os direitos que foram usurpados, urge serem restaurados e preservados;

d) a República, que estabeleceu o Estado laico, deve garanti-lo mesmo ante as ameaças de grupos fundamentalistas religiosos;

e) a desindustrialização precisa ser revertida, pois ela encarece o custo de vida, aumenta a dependência externa e “reprimariza” a economia, com graves ameaças ao meio ambiente;

f) a democracia precisa ser reafirmada e fortalecida, mesmo quando vilipendiada pelo arbítrio e a tirania de líderes que querem se impor perante outros poderes constitucionais.

Vale destacar ainda que o Brasil, por suas dimensões continentais e grande contingente populacional, tem vocação para liderar uma integração solidária da América Latina, em um contexto de segunda Guerra Fria (BANDEIRA, 2013), com riscos de uma terceira Guerra Mundial. É estratégico para o Brasil intensificar a união com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assim como atuar ativamente em todas as iniciativas que busquem um sentido comum, cultural, econômico e político, para a integração da América Latina. Esses são os desafios para um país continental ajudar a construir uma verdadeira civilização latino-americana, a Pátria Grande de Simón Bolívar, em um período de grandes transformações geopolíticas mundiais. Essa aliança também precisa se estender ao Sul global e aos países que propõem uma ordem multilateral, como os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

## 9. CONCLUSÃO

A história do Brasil é cíclica. Ela não caminha linearmente, e seus avanços precisam ser constantemente revistos e aprimorados para não retrocederem. Assim, há que corrigir os rumos do nosso processo civilizatório, jamais esquecendo o passado. O passado não é estático como uma peça de museu, mas move-se à medida que muda o entendimento sobre ele.

Os sentimentos de patriotismo e de nacionalidade precisam ser reinventados de modo a unir um país dividido. Mas essa construção precisa trazer aqueles setores sociais excluídos, para se formar um país socialmente justo, politicamente democrático, economicamente desenvolvido, mas principalmente soberano e integrado com a América Latina. O Brasil precisa exercer sua liderança continental rumo à construção de uma civilização maior que ele, a latino-americana. Isso significa também uma maior aproximação com os países de língua portuguesa e outros do chamado Sul global, alinhando-se a potências emergentes que propõem a construção de uma ordem mundial multipolar.

Em suma, nos 200 anos da Independência, é fundamental para o Brasil retomar um projeto de nação. A Independência uniu grandes adversários: José Bonifácio e Gon-



Sede da “potência maçônica” Grande Oriente do Brasil em Brasília (DF)

çalves Ledo, que, com um herdeiro do torno português, d. Pedro I, estiveram juntos por algo maior, que foi a fundação de um novo país, de dimensões e com potencialidades nunca dantes vistas. O Brasil tem grande território, incontáveis recursos naturais e um povo criativo, mestiço, surgido da mistura de diversas etnias. Cabe agora aos futuros líderes trabalharem por essa unidade, com a consciência histórica de que suas ações influenciarão os séculos seguintes. O Brasil precisa alcançar sua definitiva independência, e por isso essa data é tão importante para a história e para o futuro do país.

\* Doutorando em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Pesquisador visitante no Departamento de Linguagens e Culturas do Oriente Próximo da Universidade da Califórnia, Los Angeles (Nelc-UCLA). Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). Pós-graduado em Antigo Egito pelo Instituto de Estudos do Próximo Oriente Antigo da Universidade Autônoma de Barcelona (Iepoa-UAB). Graduado em História (bacharelado e licenciatura) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Pesquisa a economia do antigo Egito imperial na geopolítica do colapso da Idade do Bronze. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – código de financiamento 001. *E-mail*: thomasdetoledo@gmail.com

► Texto recebido em 2 de maio de 2022; aprovado em 16 de maio de 2022.

AZEVEDO, Celia Marinho. Maçonaria: história e historiografia. **Revista USP**, São Paulo, n. 32, p. 177-189, dez.-fev. 1996. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26042](http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26042)>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda Guerra Fria**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2013.

BARATA, Alexandre Mansur. Sociabilidade maçônica e Independência do Brasil (1820-1822). In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo, Hucitec; Fapesp, 2005. p. 15-30.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo, Geracional Editorial, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CANALE, Dário. **O surgimento da Seção Brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Texto para Discussão**, n. 200. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

CARNEIRO, Luaê. **Maçonaria, política e liberdade**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

CARVALHO, Jefferson Soares de. **Maçonaria e Partido Comunista do Brasil**. São Paulo: A Trolha, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **A construção nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CASTELLANI, José. **Do pó dos arquivos**. Londrina: A Trolha, 2003. v. 3.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, William Almeida. **História do Grande Oriente do Brasil: maçonaria na história do Brasil**. São Paulo: Madras, 2009.

CERVO, Amado Luis; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2017.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAO; IFAD; WFP. **The state of food insecurity in the world 2013: strengthening the enabling environment for food security and nutrition**. Rome: FAO, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2001.

FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos**. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GOB. Constituição do Grande Oriente do Brasil. **CHG Design**, 2009. Disponível em: <chgdesign.com.br/template/arquivos/CF\_março\_2017.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

ISMAIL, Kennyo. Quando o GOB era socialista e a guinada maçônica brasileira ao conservadorismo. **No Esquadro**, 9 set. 2016. Disponível em: <www.noesquadro.com.br/historia/quando-o-grande-orientado-brasil-era-socialista>. Acesso em: 17 abr. 2022.

JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2003.

\_\_\_\_\_. **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

MARINHO, Joaquim Saldanha et al. Manifesto Republicano de 1870. **E-disciplinas**, 2022. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4360902/mod\_resource/content/2/manifesto%20republicano%201870.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: Editora 34, 2019.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

POCHMANN, Marcio. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Editorial, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Michel. **Entre a foice e o compasso: imprensa, socialismo e maçonaria na trajetória de Everardo Dias na Primeira República** (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

STELLA, Thomas Henrique de Toledo (Org.). **A descoberta arqueológica na loja maçônica Independência: o templo egípcio e sua história republicana e abolicionista (1859-1889)**. Campinas: Loja Maçônica Independência, 2019.

\_\_\_\_\_. **A integração econômica da Amazônia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) — Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.